

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Drones e domínio do território

Fico impressionado com aqueles que tentam buscar soluções para a segurança pública, alheios por burrice ou má fé ao ponto fundamental: o domínio territorial por parte do tráfico ou da milícia. Enquanto isso, os criminosos se fortalecem com armamento pesado e até drones já são utilizados, como se estivessemos na região de Donbass, no conflito Ucrânia/Rússia.

Ouçó, estupefato, tentativas de explicações para a derrocada do melhor programa de segurança pública da história do Rio, as UPPs.

Ora bolas! Ele claudicou porque não houve continuidade. Qualquer projeto de Estado ou de empresa precisa de continuidade, de checagem constante, de aperfeiçoamento.

Mais que dobramos o efetivo das forças policiais, investimos em formação, construímos o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), a Cidade da Polícia, terceirizamos a manutenção de toda a frota da Polícia Militar; recuperamos o poder aquisitivo dos nossos profissionais, fizemos planos de metas com bônus semestrais, despolitizamos a escolha de todos os comandos.

Vamos aos fatos. Meu governo se iniciou em janeiro de 2007, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora foi implantada em dezembro de 2008, na favela Santa Marta, em Botafogo. O objetivo era retornar o controle permanente da comunidade dominada por grupo criminoso, substituindo operações policiais esporádicas por policiamento de proximidade.

Em fevereiro de 2009 recuperamos a Cidade de Deus em Jacarepaguá e o Batan em Realengo, em junho o Chapéu Mangueira e Babilônia no Leme e, em dezembro, as favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo em Copacabana/Ipanema.

Em janeiro de 2010 devolvemos a paz aos moradores do Tabajaras e Cabritos em Copacabana/Botafogo/Lagoa, em abril recuperamos o Morro da Providência no Centro

do Rio. Entre junho e novembro devolvemos a paz aos moradores da Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e bairros vizinhos com as UPPs do Borel em junho, Formiga e Andaraí em julho, Salgueiro em setembro, Turano em outubro e Macacos em novembro.

No ano de 2011 iniciamos em janeiro a retomada do território das favelas São João, Matriz e Quietinho, com isso devolvemos a paz aos moradores dessas comunidades e aos que moravam no Engenho Novo, Sampaio e Méier. Em fevereiro foi a vez de pacificar as favelas do Escondidinho e Prazeres, em Santa Teresa. Em maio recuperamos a favela do São Carlos para os seus moradores e para quem morava no Estácio e Cidade Nova. Em novembro as forças de segurança recuperaram a minha amada Mangueira. Demos paz aos seus moradores e bairros vizinhos.

Em janeiro de 2012 demos paz aos moradores das favelas do Vidigal e Dois Irmãos e aos moradores do Leblon.

Vale destacar que em dezembro de 2010, em parceria com as Forças Armadas, recuperamos a paz para milhares de moradores das favelas dos Complexos do Alemão e da Penha. Em 2012, realizamos uma passagem gradual do Exército para a implantação das UPPs nas favelas que compõem os dois complexos: Nova Brasília e Fazendinha (18/04), Adeus e Baiana (11/05), Alemão (30/05), Chatuba (27/06), Fé e Sereno (27/06), Parque Proletário e Vila Cruzeiro (28/08). A pacificação dos dois Complexos impactou os bairros de Irajá, Vista Alegre, Bonsucesso, Olaria, Penha, Penha Circular, Vila da Penha, Ramos, entre outros. Em setembro de 2012 recuperamos a paz para os milhares de moradores da Rocinha e de São Conrado, com a implantação das UPPs em diversos pontos da favela.

Iniciamos 2013 com a pacificação do Complexo do Jacarezinho, em janeiro, o que trouxe tranquilidade a diversos bairros da zona norte. As favelas da Barreira

do Vasco, meu amado clube, e Tuiuti tiveram suas UPPs implantadas em abril, o que gerou um grande impacto positivo no bairro de São Cristóvão. No mesmo mês entramos na favela do Caju. Devolvemos a paz aos seus moradores, às empresas de logística que trabalham na retroárea do Porto e aos que vão enterrar ou visitar os túmulos de seus entes queridos nos cemitérios do bairro. Em junho foi a vez dos moradores da favela do Cerro Corá conquistarem a paz com benefícios para os que moravam no Cosme Velho e Laranjeiras. A Zona Norte voltou a ser fortemente beneficiada durante todo o segundo semestre de 2013 com as UPPs nas favelas do Complexo de Mangueiras, como também nas favelas do Lins e Camarista Méier.

Em 2014, no mês de março, entramos e pacificamos o Complexo de favelas da Vila Kennedy, na Zona Oeste. Nesse mesmo mês, em parceria com as Forças Armadas, realizamos a tomada do Complexo da Maré.

No dia 4 de abril de 2014 passei o governo para o vice-governador Pezão.

Ao finalizar esse artigo, sugiro aos que destilam bobagens ao afirmar que faltou investimento social nas favelas pacificadas, ouvir moradores que viveram esse período nas favelas e bairros beneficiados pelas UPPs. Perguntem se foram implementadas políticas públicas nas áreas da educação com creches, escolas, colégios e ensino técnico; se houve a inauguração de Clínicas da Família e UPAs 24h, se houve construção de moradias, urbanização de ruas e vielas, se houve investimento em mobilidade, no empreendedorismo com financiamentos a juros irrisórios, se houve a chegada de supermercados, agências bancárias, praças e quadras de esportes, entre tantas outras iniciativas. Perguntem aos moradores que viveram essa época se seus imóveis nas favelas pacificadas e nos bairros vizinhos foram valorizados.

Depois de 12 anos de descaminho na política de segurança pública, peço a Deus que o próximo governador tenha a retomada dos territórios perdidos para o traficantes e milicianos como prioridade máxima.

MARIA INÊS VASCONCELOS

Advogada e escritora

No Brasil, as mulheres são maioria na população e minoria na política

A democracia não foi muito amiga das mulheres ao longo da história. Estivemos à margem da vida democrática brasileira por muito tempo. Até 1932 quando conquistamos o direito ao voto fomos excluídas dos espaços de decisão política. Isso significa que não podíamos interferir nos rumos da nação, pois além de não votar não podíamos ser eleitas. E tudo que nos sobrava era fé, militância e participação em movimentos sociais. Nízia Floresta, por exemplo, foi uma feminista e fundou a federação brasileira para o progresso feminista. Mas até o século xx estávamos de fora.

As mulheres conquistaram o direito ao voto apenas em 1932, muito depois dos homens. A política frequentemente funciona por relações construídas ao longo de décadas, tradicionalmente dominadas por homens.

Atualmente, elas representam cerca de 53% do eleitorado brasileiro, e continuam sendo minoria nos cargos

políticos. Em 2026, as mulheres ocupam apenas 18% das vagas no Congresso Nacional, colocando o Brasil na 139ª posição global em representatividade feminina.

Com a proximidade das eleições este ano, o cenário político se concentra principalmente no papel das mulheres não apenas como eleitoras majoritárias, mas como as principais defensoras da democracia. O debate nacional insere a igualdade de gênero no centro da gestão pública, buscando transformar a presença feminina de estática para critério decisivo de poder.

A base legal está no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), que determina que cada partido ou federação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo nas eleições proporcionais.

Isso quer dizer em tese que nenhum sexo pode ter

menos de 30% das candidaturas apresentadas pelo partido. Mas isso não garante absolutamente nada! A lei reserva 30% das candidaturas.

Por isso, um partido pode lançar 30% de mulheres candidatas e, ainda assim, eleger um número muito menor de mulheres. Em suma, o Brasil adotou cota de entrada (candidaturas), mas não cota de resultado (cadeiras).

Mesmo sendo maioria da população e do eleitorado, as mulheres permanecem sub-representadas nos cargos legislativos. Metaforicamente convidaram a mulher brasileira para um baile democrático, mas a maioria das cadeiras ela não conseguirá ocupar. De qualquer forma celebramos. São conquistas importantes, que transformaram a posição feminina na sociedade e ampliaram sua voz nas instituições.

Hoje podemos votar. Parece um gesto simples, mas é o resultado de décadas de luta de mulheres que acreditaram que democracia também significa participação. A força da mulher está na liberdade de escolher; essa sim é a essência da democracia.

MATHEUS RANIERI

Ator, diretor teatral e dramaturgo

O teatro e a sua escuta como ato de resistência

“Uma das coisas que mais me preocupa é que as pessoas não se olham mais nos olhos”, disse o físico, escritor e astrônomo Marcelo Gleiser em entrevista, no final de 2025, ao The Summer Hunter, popular plataforma brasileira de conteúdo editorial e curadoria de comportamento contemporâneo. “Quando você interage através de uma tela, está vendo apenas uma projeção plana de uma outra pessoa”, complementou.

A observação traduz um dos grandes desafios do nosso tempo. Vivemos uma época em que falar parece mais importante do que ouvir. As redes sociais ampliaram vozes e democratizaram espaços de expressão, mas também consolidaram uma dinâmica em que a resposta precisa ser imediata, a opinião definitiva e o contraditório frequentemente é tratado como ameaça. Em meio à

polarização política e à comunicação acelerada, a escuta tornou-se um exercício cada vez mais raro.

É justamente nesse contexto que o teatro reafirma sua importância.

Acredito que o teatro é um dos últimos territórios onde a escuta ocupa o centro da experiência humana. E não me refiro apenas ao silêncio da plateia diante do palco, mas à capacidade de estar verdadeiramente disponível para o outro, de acompanhar uma história sem a ansiedade de interrompê-la e de permitir que diferentes perspectivas coexistam sem que uma precise anular a outra.

O teatro nasce do encontro. Cada espetáculo depende da escuta entre atores, da relação viva com o público e da disposição para aceitar que nenhuma apresentação será igual à anterior. Essa experiência

compartilhada nos lembra algo que a velocidade do mundo digital insiste em apagar: pessoas não são algoritmos, nem podem ser reduzidas a frases de efeito ou publicações de poucos caracteres.

No palco, aprendemos que um personagem nunca é apenas herói ou vilão. Ele reúne contradições, medos, dúvidas e desejos. Essa complexidade nos aproxima da vida real, onde ninguém cabe nos rótulos das disputas ideológicas. O teatro ensina que compreender não significa concordar, mas reconhecer a humanidade de quem pensa diferente.

Enquanto o ambiente público parece premiar quem fala mais alto, o teatro valoriza quem consegue ouvir melhor. Em tempos de tanto ruído, sua maior contribuição talvez não seja ensinar a falar, mas nos fazer reaprender a escutar. Afinal, a convivência democrática começa quando reconhecemos que o outro merece ser ouvido.